

CNC p-4

Repúdio à recessão

A medida em que os garrotes da inflação estreitam os canais naturais da economia, reduzindo o fluxo das riquezas nas relações de troca, a mobilização de meios e de fins para desobstruir as vias por onde circulam os bens financeiros e materiais lícitos pelos níveis de demanda deve ser prioritária, dinâmica e confiável. Diante das evidências de que a recessão econômica já deixou de mandar recados e se apressa ostensivamente para as ações de presença, o empresariado nacional assume uma postura de resistência ao seu avanço e se apronta para uma batalha decisiva.

De norte a sul e de leste a oeste a linguagem de perplexidade é uma só, numa manifestação unânime de angústia e inquietações quanto às incertezas de curto prazo que ameaçam a atividade privada em suas bases. As distorções do crédito, com juros que inviabilizam por inteiro a sistemática da livre iniciativa, estão levando a posições concordatárias e falimentares milhares e milhares de pequenas e médias empresas, numa primeira bordada recessiva e às portas da hiperinflação. O capital de giro esvai-se, numa sangria irreversível. Os estoques de matéria-prima, pelos altíssimos custos dos respectivos provimentos, fazem recuar as encomendas em restrições ao consumo, abrindo espaço para os insondáveis do desaquecimento econômico.

Os fatores adversos, por isso mesmo, precisam ser exorcizados. E nesse sentido o empresariado nacional se apresta para manifestações públicas através das quais pretende vazar as suas preocupações, apontar as dificuldades e reivindicar soluções.

A Federação das Indústrias de Brasília reúne no seu contexto oito sindicatos patronais, novecentas empresas filiadas e três mil outras que atuam em nosso mercado, representando uma força de trabalho de quarenta mil assalariados. Por convocação de uma assembleia geral extraordinária, realizou aquela entidade no dia de ontem uma movimentada reunião com a finalidade de propor e aprovar medidas que destacaram o estado crítico dos momentos de agora e projetarão perante as autoridades governamentais e a opinião pública a hipnose de pânico que domina a maioria dos dirigentes patronais. As medidas de emergência já estão sendo adotadas, iniciando-se pelo sacrifício dos empregados e já agora ingressam na chamada economia de sobrevivência, onde os objetivos maiores relevam o lucro para se fixarem tão-só nos índices de salvação. E, pelas moções postas em apreciação do plenário da Fibra, as conclusões fixaram uma linha vigorosa de protesto.

Por seu turno a poderosa Fiesp está convocando entidades empresariais de todo o País, mediante convite circular, para uma reunião retumbante no Palácio de Convenções do Anhembi onde estarão concentrados mais de quatro mil homens de empresa, conta exata da sua lotação máxima. A finalidade primordial será a de promover a análise da atual política econômica, seguida de apoio a um manifesto à Assembleia Nacional Constituinte refletindo o difícil momento brasileiro atual.

Não se trata de movimentos isolados ou de posicionamentos de exceção, entremostrando desconforto para atividades determinadas. Nos últimos dez dias a Federação Nacional das Associações

Comerciais reuniu 1.500 associados em Brasília, e no Rio Grande do Sul a Fiergs convocava um encontro de 250 líderes das 120 associações industriais e comerciais de todo o Estado. Na agenda de trabalho a insegurança ante a instabilidade econômica e as incertezas que a todos preocupam.

A importância dessa reação está no grau de confiabilidade que possa oferecer para exteriorizar a insegurança, instabilidade e receio de que o pior ainda esteja por vir, ao mesmo tempo em que pleiteiem medidas efetivas capazes de reverter o quadro de adversidade, com propostas racionais e factíveis.

Considerando, finalmente, tratar-se de manifestação de um segmento responsável da sociedade, o mínimo exigido é que se atenham a um comportamento ordeiro, respeitoso, sem prejuízo da firmeza na crítica, de exigência de medidas que julguem hábeis para evitar o caos e finalmente de independência e de altivez, próprias daqueles que jogam o seu destino numa cartada decisiva.

Aos poderes públicos não faltará sensibilidade e disposição para acolher, medir e avaliar a extensão do problema a enfrentar e a abrangência das respostas a serem dadas à Nação. Em suma, o repúdio é ao estado de coisas e não às autoridades.

Por fim, vale assinalar que também em política tem validade o princípio segundo o qual a toda ação corresponde uma reação igual e em sentido contrário. E em termos de governantes e de governados é importante distinguir quem age e quem reage. Quem pede e quem pode dar. Quem precisa e quem nega. Quem precisa de apoio e quem tem lastro para apoiar.